Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Deliberativo

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000274/2024-11

Interessado: Conselho Deliberativo

Assunto: Ata da 174ª Reunião Ordinária

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h, conforme prévia convocação por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente, em formato híbrido, o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM, tendo todos os participantes acompanhado a reunião remotamente, por videoconferência. Participaram: Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho; Aldo Cuomo, Fábio Teizo Belo da Silva, Juliana Velho, José Francisco Dutra da Silva e Paulo Rafael Minetto Maceta, membros titulares; Daniel de Souza Coelho e Luiz Gustavo de Castro Oliveira, membros suplentes. Pela Fundação: Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente; Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, Diretor de Tecnologia da Informação; André Veras, Diretor de Seguridade; Hugo Lancarter Mol, Diretor de Investimentos; Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional; Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa; Maria Izabel Canavese Dutra, Chefe de Gabinete; Ana Flavia Cunha Canabrava, Joseane da Silva Prado e Sadrak Alves de Lima, Assessores da Presidência; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues, Chefe da Auditoria Interna; e Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário Executivo. Aberta a reunião, a Presidente Marina confirmou o quórum e iniciou o **primeiro item da pauta, Aprovação da Ata da 173ª Reunião Ordinária (Processo SEI nº 271.00000274/2024-11)**, cuja minuta havia sido previamente submetida aos Conselheiros e ajustada conforme os apontamentos recebidos. Aprovado por unanimidade. Na sequência, **segundo item da pauta, Indicação de Representante da Diretoria Executiva na Comissão de Ética (Processo SEI nº 271.00000766/2026-60)**, a Presidente Marina apresentou a proposta de recondução de Ugo, Diretor de Relacionamento Institucional, como representante da Diretoria Executiva na Comissão de Ética. O Conselheiro Dutra questionou se a indicação decorria de substituição de outro integrante, e o Conselheiro Paulo esclareceu que Ugo já integrava a Comissão e que a proposta tratava exclusivamente de sua recondução, uma vez que os demais representantes haviam sido objeto de deliberação anterior. Aprovado por unanimidade. Dando continuidade, **terceiro item da pauta, Relatório Mensal dos Investimentos – julho/2026**, Hugo, Diretor de Investimentos, apresentou o desempenho consolidado da carteira, que encerrou julho com patrimônio aproximado de R$ 5,4 bilhões e rentabilidade mensal de 0,89%, superior à Meta PREVCOM de 0,47%, destacando que todos os planos permanecem acima da respectiva meta nos principais horizontes analisados, embora o consolidado ainda se situe abaixo do CDI em determinados períodos. Informou que a renda fixa permanece como principal componente da carteira e que os investimentos no exterior e imobiliários apresentaram desempenho desfavorável, motivando resgates e estudos de rebalanceamento, enquanto os FIPs continuam sob acompanhamento em razão da expectativa de prazo mais prolongado para desinvestimento. Hugo informou também a realização, em julho e agosto, de movimentações para aumento da exposição a títulos públicos em carteira própria, resgate de investimentos no exterior e revisão das posições em fundos de renda fixa de gestão

ativa, com o objetivo de aprimorar a aderência da carteira ao passivo de longo prazo. Sobre o Fundo RF LP, Hugo esclareceu que o desenquadramento gerencial decorrente da participação da PREVCOM acima do limite interno de 25% do patrimônio do veículo foi integralmente solucionado mediante resgate dos recursos, posteriormente realocados em NTN-Bs em carteira própria; quanto ao desenquadramento identificado em outro fundo de crédito privado em razão de operação de hedge envolvendo posição vendida em ações, explicou que o gestor desmontou a posição e que atualmente não existem desenquadramentos, permanecendo a estratégia sob acompanhamento. O Conselheiro Daniel solicitou que constasse em ata a natureza dos desenquadramentos e a justificativa das providências adotadas no melhor interesse da PREVCOM, e Hugo ressaltou que, no caso do Fundo RF LP, a decisão pelo resgate integral também considerou a expressiva redução do patrimônio do veículo decorrente da saída de outros cotistas e a crescente concentração da participação da Fundação. O Conselheiro Dutra questionou a existência de títulos públicos com vencimentos próximos e o potencial de ampliação da carteira de empréstimos; Hugo informou que não há vencimentos relevantes previstos para 2027 e 2028, que os estudos preliminares indicam possibilidade de ampliação da participação de títulos públicos e que a carteira de empréstimos possui potencial de crescimento, condicionada à adequada estruturação dos processos operacionais e de cobrança. Hugo informou ainda que a recomendação para destituição do gestor do Fundo Prevcom Privado Institucional Exclusivo já havia sido apreciada pelo Comitê de Investimentos e seguiria para análise da Diretoria Executiva, além de comunicar que os Fundos de Renda Variável permanecem sob avaliação quanto à estratégia e ao desempenho. Por fim, apresentou o cronograma de elaboração das Políticas de Investimentos para 2027, com definição dos cenários econômicos em agosto, apresentação das premissas macroeconômicas para elaboração dos estudos de fronteira eficiente à Diretoria e ao Conselho em setembro, discussão com os Comitês Gestores em outubro e previsão de apresentação da versão final das Políticas de Investimentos ao Conselho em novembro, com deliberação programada para 26 de novembro de 2026. Na sequência, **quarto item da pauta, Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação pela Auditoria**, Sueli, Chefe da Auditoria Interna, apresentou a posição dos planos de ação, com base analisada até 14 de agosto de 2026, totalizando 37 planos ativos, dos quais 22 vincendos e 15 vencidos, além de três planos concluídos no período. Destacou entre os avanços a implantação dos serviços de segurança cibernética vinculados ao Centro de Operações de Segurança do Estado, que permitiu a conclusão dos planos relacionados à perda e ao vazamento de dados, e a conclusão da revisão dos perfis de acesso ao MJ Prev, permanecendo em andamento medidas relacionadas à gestão de mudanças, *backup* e *restore*, segregação de funções, testes de continuidade, LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), gestão de riscos, compliance, estrutura de pessoal, investimentos e transparência. O Conselheiro Paulo questionou o escopo do *pentest* (teste de invasão) em contratação, e Sueli esclareceu que o trabalho compreenderá os principais sistemas e ambientes da Fundação, incluindo MJ Prev, Taction, URLs institucionais e infraestrutura interna e externa. A Presidente Marina solicitou o registro de sua preocupação com a crescente utilização de consultorias e terceirizações para atividades que, em sua avaliação, deveriam constituir competências internas da PREVCOM, ressaltando que a reestruturação dos cargos, o aumento das remunerações e a realização do concurso público tiveram, entre seus objetivos, internalizar conhecimento, capacidade técnica e responsabilidades, mantendo a contratação externa concentrada nas atividades especializadas ou nas quais a independência seja efetivamente necessária. Os Conselheiros Fábio, Paulo, Juliana, Dutra e Daniel convergiram quanto à importância de reduzir a dependência de terceiros, preservar internamente as competências essenciais e melhorar a transparência sobre objeto, necessidade, responsabilidade e resultado esperado de cada contratação, ressalvando o Conselheiro Paulo que trabalhos como o *pentest* justificam execução independente por agente externo. Sylvio, Diretor-Presidente, afirmou que a Diretoria compartilha a diretriz de internalização e esclareceu que as contratações em curso buscam complementar ou transferir competências para os quadros internos, e não delegar permanentemente a gestão da Fundação, comprometendo-se a reavaliar os escopos previstos e apresentar, na reunião de setembro, resultados e prazos concretos para as ações

estruturantes em andamento. A Presidente Marina destacou especificamente os atrasos na substituição do sistema MJ Prev e na implantação do sistema de gestão de clientes CRM *Salesforce* e ressaltou a necessidade de identificar os responsáveis pela condução dos projetos. Alessandro, Diretor de Tecnologia da Informação, informou que a PREVCOM já mantém cópia de segurança de sua base de dados e explicou que a substituição do sistema MJ Prev pela nova empresa exige migração progressiva e operação paralela dos sistemas, estimando, após apreciação pelo COETIC (Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação), prazo de aproximadamente 30 a 45 dias para assinatura do contrato; quanto ao *Salesforce*, informou previsão de disponibilização da primeira etapa integrada ao e-mail e aos fluxos prioritários na primeira semana de outubro. Ugo, Diretor de Relacionamento Institucional, esclareceu que a implantação do *Salesforce* apresentou atraso e que, após discussões internas sobre responsabilidades, a gestão do projeto passou a contar com maior protagonismo da Diretoria de Tecnologia da Informação. Em relação à LGPD, Ana Flavia explicou que a contratação em estudo possui caráter pontual e sob demanda para apoiar a Fundação na etapa de migração dos sistemas, especialmente na elaboração de avaliações de impacto, mapeamento e tratamento de grande volume de dados, sem intenção de terceirização permanente da matéria; a Chefe de Gabinete, Maria Izabel esclareceu que os valores de R$ 800 mil em 2026 e R$ 800 mil em 2027 constituem estimativas utilizadas para composição orçamentária, ainda sem pesquisa de preços ou proposta definitiva. A Presidente Marina e a Conselheira Juliana recomendaram a reavaliação da necessidade e do escopo dessa contratação, considerando as capacitações anteriormente realizadas e a possibilidade de desenvolvimento da competência pelos quadros internos. Sueli solicitou constar que os planos de ação vencidos até 31 de julho deverão ser submetidos ao COAUD (Comitê de Auditoria) com as respectivas justificativas e novas datas efetivas de conclusão, conforme procedimento apresentado à Diretoria Executiva, e que o plano relacionado à implantação dos sistemas, cuja conclusão prevista para dezembro de 2026 foi considerada inexequível, deverá integrar o mesmo procedimento. A Presidente Marina informou que providenciará maior aproximação do Conselho com o COAUD para análise específica dos temas de maior criticidade, especialmente sistemas, consultorias e terceirizações, e solicitou ao Secretário Executivo o agendamento de reunião conjunta preferencialmente na semana de 14 de setembro, antes da reunião ordinária do Conselho prevista para 24 de setembro. O Conselheiro Dutra concordou com a realização de reunião específica e ressaltou a conveniência de maior participação prévia do COAUD nesses temas. Dando sequência, **quinto item da pauta, Informe do Orçamento 2027**, Vanessa, Diretora Administrativa, informou que a Diretoria Executiva vinha realizando revisão das solicitações orçamentárias apresentadas pelas áreas e elaborando nota técnica com as justificativas para as contratações propostas. Considerando as discussões do item anterior e a previsão de submissão da proposta orçamentária ao Conselho em setembro, Vanessa propôs a participação antecipada de representante do Conselho nas reuniões preparatórias, permitindo que dúvidas e divergências fossem tratadas antes da deliberação formal. A Presidente Marina sugeriu a participação do Conselheiro Aldo, que informou não poder assumir novo compromisso em razão da possibilidade de futuro desligamento do Conselho por situação de potencial conflito de interesses previamente analisada pela Comissão de Ética, embora tenha se colocado à disposição para analisar os materiais encaminhados. O Conselheiro Fábio voluntariou-se para acompanhar as reuniões, proposta acolhida por Marina, que solicitou que os respectivos convites fossem enviados a todos os Conselheiros para participação conforme disponibilidade e que as informações relevantes fossem também compartilhadas antecipadamente no grupo do Conselho. Sylvio, Diretor-Presidente, ressaltou que procedimento semelhante adotado em 2024 contribuiu para o alinhamento prévio da proposta e manifestou interesse em repetir a prática para que o orçamento chegue à deliberação do Conselho com as questões principais previamente discutidas. Na sequência, **sexto item da pauta, Apresentação Balanço 2 anos de Gestão**, Sylvio apresentou o balanço dos dois primeiros anos da atual Diretoria Executiva, estruturado nos eixos de preservação, melhoria e inovação, destacando a evolução do patrimônio, da população atendida, do número de municípios vinculados, das receitas administrativas e dos indicadores operacionais, além da eliminação da taxa de

carregamento e da redução da taxa de administração. Apresentou o Programa Integrado de Fortalecimento Sistêmico, que reúne a migração progressiva dos sistemas, implantação do sistema de gestão de clientes, modernização dos sistemas de investimentos e administração, infraestrutura em nuvem, segurança, proteção de dados e gestão dos riscos de tecnologia, ressaltando que a consolidação dessa base operacional constitui etapa necessária para a estratégia futura da Fundação. Sylvio apresentou também a visão de evolução da PREVCOM para uma plataforma de relacionamento voltada à prosperidade financeira dos servidores públicos e suas famílias, com maior utilização de dados, personalização do atendimento, integração de serviços e futuras parcerias, esclarecendo que a gestão pretende concentrar o período atual na consolidação dos pilares operacionais e sistêmicos necessários a essa evolução. O Conselheiro Dutra reconheceu os avanços alcançados e questionou a capacidade de conversão das adesões de municípios em efetivos participantes e aportes; Sylvio explicou que a especialização da PREVCOM no setor público, a expansão das adesões e as perspectivas de evolução do sistema previdenciário representam oportunidade de crescimento, devendo a Fundação preparar estrutura e escala adequadas. A Presidente Marina reconheceu os resultados alcançados pela Diretoria nos últimos dois anos, destacando a evolução da gestão, da administração e das entregas, mas ressaltou que a Fundação deve, antes de ampliar sua atuação, consolidar uma base interna sólida, com sistemas adequados, domínio dos dados, processos estruturados e profissionais capacitados. André, Diretor de Seguridade, destacou a reorganização dos processos operacionais, em especial de arrecadação e cadastro; Ugo ressaltou a estruturação de processos, responsabilidades e documentação com o objetivo de institucionalizar o conhecimento; Vanessa destacou a organização da gestão de pessoas, a integração dos futuros concursados e a disciplina orçamentária; e Alessandro ressaltou a criação e estruturação da Diretoria de Tecnologia da Informação e os avanços realizados na infraestrutura e na segurança da informação. Os Conselheiros Dutra e Aldo reconheceram os resultados da gestão, ressaltando, entre as principais conquistas, a estruturação das áreas, a ampliação da presença institucional e a redução das taxas suportadas pelos participantes. Sylvio comprometeu-se a encaminhar ao Secretário Executivo a versão atualizada da apresentação para distribuição aos Conselheiros. Na sequência, **sétimo item da pauta, Relatos e Comunicações do Diretor-Presidente**, Sylvio informou que os assuntos que pretendia abordar estavam contemplados na apresentação do balanço de gestão e reiterou a disposição da Diretoria Executiva em receber contribuições, críticas e orientações do Conselho, ressaltando a importância do alinhamento entre Administração e colegiado para a continuidade e perenidade institucional da PREVCOM. Por fim, **oitavo item da pauta, Relatos e Comunicações da Presidente do Conselho Deliberativo**, Marina solicitou aos Conselheiros que ainda não o tivessem feito a assinatura da Ata da 173ª Reunião Ordinária, necessária para conclusão do documento, reiterou que Fábio acompanhará as discussões preparatórias do Orçamento 2027, sem prejuízo da participação dos demais Conselheiros conforme disponibilidade, e solicitou ao Secretário Executivo que providencie o agendamento da reunião do Conselho Deliberativo com o COAUD preferencialmente na semana de 14 de setembro de 2026, antes da reunião ordinária prevista para 24 de setembro. Não havendo outras manifestações, a Presidente declarou encerrada a reunião. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário, lavrei e subscrevo a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

Marina Brito Battilani

Presidente do Conselho

Aldo Cuomo

Conselheiro

Fábio Teizo Belo da Silva

Conselheiro

Juliana Velho

Conselheira

José Francisco Dutra da Silva

Conselheiro

Paulo Rafael Minetto Maceta

Conselheiro

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rafael Minetto Maceta**, **Conselheiro**, em 24/09/2026, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Aldo Cuomo**, **Conselheiro**, em 28/09/2026, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Dutra da Silva**, **Conselheiro**, em 28/09/2026, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Teizo Belo Da Silva**, **Conselheiro**, em 29/09/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani**, **Presidente do Conselho**, em 29/09/2026, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Velho**, **Conselheiro**, em 30/09/2026, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alessandro da Silva Bueno**, **Assessor I**, em 30/09/2026, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0118397545** e o código CRC **C42E0072**.